

## RESOLUÇÃO GPGJ nº 2.705

**DE 26 DE MAIO DE 2025.** 

Ver Resumo e Detalhes do Ato Normativo.

Regulamenta o art. 9° da Lei Complementar n° 222, de 22 de maio de 2025.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a necessidade de serem protegidos os direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da <u>Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015</u>, que veicula o Estatuto da Pessoa com Deficiência:

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 9° da <u>Lei Complementar nº 222, de 22 de maio de 2025,</u> bem como a sistemática estabelecida no parágrafo único do art. 10 do referido diploma legal, tendo em vista o determinado no art. 129, § 4°, da <u>Constituição Federal</u>; e

CONSIDERANDO o que consta no Procedimento SEI nº 20.22.0001.0036556.2025-70,

RESOLVE

**Art. 1º** - Aplica-se o disposto no art. 9º da <u>Lei Complementar nº 222, de 22 de maio de 2025,</u> aos filhos e dependentes legais dos membros do Ministério Público, que vivam sob sua dependência econômica e que assim estejam inscritos nos respectivos assentamentos funcionais.

**Parágrafo único** - A dependência econômica a que se refere o *caput* deste artigo deve ser comprovada por meio de assertiva expressa do requerente, informando que a condição de dependente consta da declaração de ajuste anual apresentada à Secretaria da Receita Federal, o que pode ser confirmada a qualquer tempo, por iniciativa do Secretário-Geral do Ministério Público, junto aos órgãos referidos na Resolução GPGJ nº 592, de 10 de março de 1994.

Parágrafo único, do art. 1º, acrescido pela Res. GPGJ nº 2.716/2025.

**Art. 2º** - A Secretaria-Geral do Ministério Público estabelecerá o rol de documentos necessários à instrução do pedido, a ser apresentado em formulário próprio, e regulamentará o procedimento para obtenção do laudo médico-pericial de que trata a legislação de regência.



- **Art. 3º** O termo inicial para produção dos efeitos decorrentes do deferimento do pedido será a data de protocolo do respectivo requerimento.
- **Art. 4º** O deferimento do pedido acarretará a aplicação da sistemática prevista no art. 6º da <u>Lei Complementar nº 113, de 24 de agosto de 2006</u>, na proporção de três dias a cada mês.
- **Art. 5º** As alterações na situação pessoal do filho ou dependente, que afastem o seu enquadramento no art. 9º da <u>Lei Complementar nº 222, de 22 de maio de 2025</u>, devem ser imediatamente comunicadas pelo membro do Ministério Público ao Procurador-Geral de Justiça.
- Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2025.

Antonio José Campos Moreira Procurador-Geral de Justiça



## **Detalhes do Ato Normativo**

Voltar ao Título

Espécie: Resolução

Origem: GPGJ – Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

**Número: 2.705** 

Data: 26/05/2025

**D.O.:** DOe MPRJ de 26/05/2025

Publicação: 27/05/2025

Republicação: -

Vigência: Sim

Alterações: Parágrafo único do art. 1º acrescido pela Res. GPGJ nº 2.716 /2025.

Procedimento

SEI nº 20.22.0001.0036556.2025-70

Administrativo:

Área: Área Administrativa (Área-Meio)

Tema: Recursos Humanos

Assunto: Remuneração e Benefícios de Membros

Resumo:

Regulamenta a aplicação do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 222 /2025, concedendo benefício indenizatório aos membros do MPRJ, em razão de filhos e de dependentes legais que vivam sob sua dependência econômica e que assim

estejam inscritos nos respectivos assentamentos funcionais.

Leitura Correlata:

(pesquisar mais)

Res. GPGJ nº 2.709 /2025; Lei Complementar Estadual nº 106 /2003; art. 6º da Lei Complementar Estadual nº 113 /2006; Lei nº 13.146 /2015; art. 129, §4°, da

CRFB 1988. Res. GPGJ nº 2.716 /2025 e nº 592 /1994.

Estruturas Correlatas: Secretaria-Geral / Diretoria de Recursos Humanos - DRH / Núcleo de Saúde

(ver <u>organograma</u>) Ocupacional - NSO

Notas da

Coordenadoria de

Normativas Institucionais: Esta versão do texto normativo não substitui a publicada no DOe MPRJ.

Revisões:

Arquivo modificado em 25/06/2025, em razão da alteração promovida pela Res.

GPGJ nº 2.716 /2025.